

4/2012

OUTUBRO - MENSAL

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças
Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2012

CAPA/CONTRACAPA: Pormenor de calçada tradicional madeirense, claustro do Palácio do Governo Regional da Madeira, © DROC, 2012

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: outubro de 2012

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira

Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 |
Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt

Índice

APRESENTAÇÃO	5
1. SÍNTESE GLOBAL	6
2. SUBSETOR DO GOVERNO REGIONAL	
2.1. Síntese	7
2.2. Receita	9
2.3. Despesa	11
3. SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS e EPR	
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas	16
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	16
4. DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	22
5. CONCEITOS APLICADOS	24

Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e das dívidas da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro* (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA), Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a que ora se apresenta se reporta ao mês de setembro de 2012.

I. Síntese global

- ♦ O saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 91,3 milhões de euros. O saldo primário ascende a -42,9 milhões de euros. O saldo de capital apresenta-se positivo em 2,3 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 810,5 milhões de euros e a uma despesa primária de 762,1 milhões de euros.

O QUADRO seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de janeiro a setembro, de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-setembro)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	597.017,4	280.138,4	24.122,1	644.683,8
Impostos diretos	156.531,3	1.018,0	0,0	157.549,2
Impostos indiretos	277.982,0	139,2	0,0	278.121,2
Contribuições de Segurança Social	3.860,6	0,0	0,0	3.860,6
Outras receitas correntes	158.643,6	278.981,2	24.122,1	205.152,7
Transferências correntes	135.191,7	271.054,8	360,3	150.012,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	134.276,0	2.689,3	336,1	137.301,3
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	256.594,1	0,0	0,0
Receita de capital	47.542,5	24.335,4	6.181,7	74.503,6
Venda de bens de investimento	146,9	0,0	0,0	146,9
Transferências capital	46.935,1	24.296,5	6.178,2	73.853,9
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	37.660,3	1.322,8	0,0	38.983,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	3.556,0	0,0	0,0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita efetiva	644.559,9	304.473,8	30.303,8	719.187,4
Despesa corrente	693.194,6	273.903,7	27.792,6	738.296,8
Consumo público	359.693,4	88.315,1	13.078,2	461.086,6
Despesas com o pessoal	224.026,3	21.917,7	6.532,5	252.476,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	135.667,1	66.397,4	6.545,7	208.610,1
Subsídios	6.963,8	5.742,9	0,0	12.706,7
Juros e outros encargos	34.961,1	4.167,2	9.286,8	48.415,1
Transferências correntes	291.576,3	175.678,5	5.427,7	216.088,3
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	285,3	0,0	285,3
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	256.594,1	0,0	0,0	0,0
Despesa de capital	34.542,5	28.283,9	12.902,2	72.172,6
Investimento	19.869,8	10.654,2	12.885,7	43.409,8
Transferências de capital	14.672,7	17.629,7	16,5	28.762,9
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	4.367,9	246,1	0,0	4.614,0
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	3.556,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	727.737,1	302.187,6	40.694,8	810.469,4
Saldo global	-83.177,3	2.286,2	-10.391,0	-91.282,1
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-96.177,2	6.234,7	-3.670,5	-93.613,0
Despesa corrente primária	658.233,5	269.736,5	18.505,8	689.881,7
Saldo corrente primário	-61.216,1	10.401,9	5.616,3	-45.197,9
Saldo de capital	12.999,9	-3.948,5	-6.720,5	2.331,0
Despesa primária	692.776,0	298.020,3	31.408,0	762.054,3
Saldo primário	-48.216,2	6.453,5	-1.104,2	-42.866,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

2. Subsetor do Governo Regional

2.1. Síntese

- ♦ O saldo global acumulado no terceiro trimestre de 2012 do subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -83,2 milhões de euros, o que representa um agravamento de 48,7 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, decorrente dos pagamentos efetuados no âmbito da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira. A variação homóloga resulta do comportamento da receita efetiva, que variou -11,6%, cobrindo, na sua totalidade, o efeito positivo registado pela quebra da

despesa efetiva (-4,7%), a qual, foi motivada pela evolução da despesa com pessoal (-12,3%) e das principais componentes com enquadramento nas despesas de capital, que determinaram a quebra de 67,7% em despesas desta natureza. Do lado da receita, assinala-se a trajetória descendente da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de -13,1%. As receitas de capital registaram, por seu turno, um acréscimo de 13,8%, conforme expressa o QUADRO II

7

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro a setembro)

€ Milhares

	2011	2012	VH (%)
Receita corrente	687.028,9	597.020,8	-13,1
Receitas fiscais	450.652,4	434.513,3	-3,6
Impostos diretos	159.483,1	156.531,3	-1,9
Impostos indiretos	291.169,3	277.982,0	-4,5
Outras receitas correntes	236.376,5	162.507,6	-31,3
Receita de capital	41.780,2	47.542,5	13,8
Receita efetiva	728.809,1	644.563,3	-11,6
Despesa corrente	656.330,8	693.194,6	5,6
Despesas com o pessoal	255.404,0	224.026,3	-12,3
Aquisição de bens e serviços	74.952,9	120.542,9	60,8
Juros e outros encargos	26.211,3	34.961,1	33,4
Transferências correntes	273.543,0	291.576,3	6,6
Administrações Públicas	232.354,6	256.590,5	10,4
Outras	41.188,5	34.985,7	-15,1
Subsídios	11.690,4	6.963,8	-40,4
Outras despesas correntes	14.529,3	15.124,2	4,1
Despesa de capital	106.959,9	34.542,5	-67,7
Investimento	85.475,7	19.869,8	-76,8
Transferências de capital	21.484,2	14.672,7	-31,7
Administrações Públicas	13.845,3	8.369,5	-39,5
Outras	7.638,9	6.303,2	-17,5
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	763.290,7	727.737,1	-4,7
Saldo global	-34.481,6	-83.173,8	-141,2
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	30.698,1	-96.173,7	-413,3
Saldo de capital	-65.179,7	12.999,9	119,9
Saldo primário	-8.270,3	-48.212,7	483,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	4.740,0	202.861,7	4.179,8

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ O saldo primário foi de -48,2 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 40 milhões de euros relativamente ao ano de 2011.
- ◆ Verifica-se uma melhoria significativa do saldo de capital (+78,2 milhões de euros).
- ◆ A receita efetiva diminuiu 11,6%, relativamente ao ano anterior, ao passo que a despesa efetiva registou um decréscimo de 4,7%.
- ◆ A variação homóloga do défice cristaliza uma trajetória descendente da receita, que se revelou manifestamente mais pronuncia-

da do que a registada do lado da despesa. Efetivamente, enquanto a receita efetiva diminuiu 84,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, a despesa efetiva regrediu 35,6 milhões euros, justificando, deste modo, a formação de um saldo global de -83,2 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -96,2 milhões de euros e num saldo de capital de 13 milhões de euros.

O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental acumulada até setembro do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro a setembro)		€ Milhares		
	2011	2012	VH (%)	
Receita corrente	687.028,9	597.020,8	-13,1	
Receitas fiscais	450.652,4	434.513,3	-3,6	
Outras receitas correntes	236.376,5	162.507,6	-31,3	
Receita de capital	41.780,2	47.542,5	13,8	
Receita efetiva	728.809,1	644.563,3	-11,6	
Despesa corrente	656.330,8	693.194,6	5,6	
Despesas com o pessoal	255.404,0	224.026,3	-12,3	
Juros e outros encargos	26.211,3	34.961,1	33,4	
Despesa de capital	106.959,9	34.542,5	-67,7	
Investimento	85.475,7	19.869,8	-76,8	
Transferências de capital	21.484,2	14.672,7	-31,7	
Outras despesas de capital				
Despesa efetiva	763.290,7	727.737,1	-4,7	
Saldo global	-34.481,6	-83.173,8	-141,2	
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	30.698,1	-96.173,7	-413,3	
Saldo de capital	-65.179,7	12.999,9	119,9	
Saldo primário	-8.270,3	-48.212,7	-483,0	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

2.2. Receita

- ♦ A receita efetiva do Governo Regional diminuiu 11,6% em 2012, motivada pela redução da componente de receita corrente, designadamente por via da diminuição das transferências correntes. Especificamente, a variação evidenciada nas transferências correntes (-35,4%) reflete a menor dotação orçamental no âmbito da Lei de Finanças Regionais e uma alteração de registo do valor referente à Lei de Meios (de transferência corrente para transferência de capital), a que acrescem dois fatores de caráter pontual, designadamente a antecipação de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais relativas ao 4.º trimestre de 2011 – com efeitos em julho desse ano e à retenção das transferências do Estado para a Região Autónoma da Madeira, destinada ao pagamento de encargos de anos anteriores, a coberto do disposto no artigo 106.º da LOE 2012, alicerçado no artigo 31.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, e na redação dada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho.
- ♦ De janeiro a setembro de 2012, a receita fiscal fixou-se em 434,5 milhões de euros, refletindo

uma quebra de 3,6% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da receita fiscal nos primeiros nove meses do ano cristaliza trajetórias descendentes tanto nos impostos diretos (-1,9%), como nos impostos indiretos (-4,5%). O escrutínio mais fino revela que os impostos sobre os rendimentos das pessoas coletivas (-7,3%) constituíram o principal condicionante para a evolução evidenciada ao nível dos impostos diretos, já que a fiscalidade que incide sobre as pessoas singulares variou positivamente (3,9%) e permite discernir evoluções desfavoráveis na maioria das componentes associadas à fiscalidade indireta. Com efeito, à exceção do Imposto de Selo (25,5%) e do Imposto Único de Circulação (13,6%), registaram-se variações homólogas negativas em todos os impostos indiretos. O Imposto sobre Produtos Petrolíferos baixou 8,6%, o Imposto sobre Veículos recuou 57% e o Imposto sobre o Valor Acrescentado diminuiu 4%. Entre janeiro e setembro de 2012, cobraram-se menos 16,1 milhões de euros, em sede de receitas fiscais, do que em igual período de 2011.

	QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-setembro)		€ Milhares
	2011	2012	VH (%)
	Milhares de Euros		
Receita fiscal	450.652,4	434.513,3	-3,6
Impostos Diretos	159.483,1	156.531,3	-1,9
IRS	109.256,5	113.492,9	3,9
IRC	46.438,9	43.031,1	-7,3
Outros	3.787,7	7,3	-99,8
Impostos Indiretos	291.169,3	277.982,0	-4,5
ISP	42.171,0	38.543,7	-8,6
IVA	196.880,2	189.101,7	-4,0
ISV	7.645,8	3.285,6	-57,0
Imposto de consumo sobre o tabaco	19.277,5	17.605,1	-8,7
IABA	4.184,9	4.071,8	-2,7
Outros	21.009,9	25.374,1	20,8
Imposto de Selo	18.505,9	23.229,3	25,5
IUC	1.665,2	1.891,6	13,6
Receita não fiscal	278.156,7	210.050,0	-24,5
Receita efetiva	728.809,1	644.563,3	-11,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A evolução dos impostos diretos de 2011 para 2012 ficou a dever-se a:

- ◆ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se uma subida face ao ano de 2011, que acende a 3,9%.
- ◆ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se uma variação de -7,3% face aos primeiros nove meses de 2011.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se uma diminuição de 4% na receita acumulada face ao ano de 2011. Esta evolução deriva do facto da Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro, que regula as transferências do IVA para as Regiões Autónomas, não ter sido ainda alterada, pelo que mantém os acertos devidos por desvios entre os valores estimados e os valores efetivos do ano imediatamente

anterior, assim como não incorpora os recentes aumentos de taxas de imposto na RAM.

- ◆ Imposto sobre Veículos (ISV) – a receita acumulada registou um decréscimo de 57%, resultado da contração na venda de veículos novos.
- ◆ Imposto do Selo (IS) – a receita acumulada registou um aumento de 25,5%.
- ◆ Imposto sobre o Tabaco (IT) – a receita líquida acumulada decresceu 8,7% comparativamente a 2011.
- ◆ Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – verifica-se uma quebra de 8,6% face ao ano transato.

O QUADRO seguinte complementa o descrito anteriormente relativamente à execução orçamental da receita não fiscal do Governo Regional da Madeira, para os anos de 2011 e 2012, compreendendo os meses de janeiro a setembro:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-setembro)

	€ Milhares		
	2011	2012	2012
	Milhares de Euros		Grau de Execução (%)
Receita fiscal	450.652,4	434.513,3	55,4%
Receita não fiscal	278.156,7	210.050,0	53,4%
Correntes	236.376,5	162.507,6	66,0%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.462,3	3.860,6	69,9%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	15.127,3	16.540,1	58,9%
Rendimentos da Propriedade	2.949,1	1.227,2	38,4%
Transferências Correntes	209.360,6	135.191,7	66,5%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.833,9	4.287,6	86,7%
Outras Receitas Correntes	643,3	1.400,3	109,5%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	41.780,2	47.542,5	32,3%
Venda de Bens de Investimento	132,5	146,9	110,4%
Transferências de Capital	40.702,1	46.935,1	32,3%
Outras Receitas de Capital	249,1	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	696,5	460,4	47,2%
Receita efetiva	728.809,1	644.563,3	54,7%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ A receita não fiscal apresenta um decréscimo acentuado, em grande medida influenciado pela diminuição das transferências correntes da Administração Pública, que atingiu os 74,2 milhões de euros. Especificamente, a evolução reflete uma alteração de registo do valor referente à Lei de Meios como transferência de capital, assim como a redução das transferências inerentes aos custos de insularidade e, conforme referido anteriormente, devido a dois fatores de índole pontual, nomeadamente a antecipação de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais relativas ao 4.º trimestre de 2011 – com efeitos em julho desse ano e à retenção das transferências do Estado para a Região Autónoma da Madeira, ao abrigo do disposto no artigo 106.º da LOE 2012, com suporte no artigo 31.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, e na redação dada pelas Leis Orgânicas n.os 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de junho;
- ◆ Para além das transferências correntes destaca-se, face ao período homólogo, o comportamento das receitas oriundas dos rendimentos de propriedade. O decréscimo nos resultados associados aos rendimentos da propriedade (-1,7 milhões de euros) encontra-se alicerçado numa quebra relevante dos dividendos em 2012.
- ◆ Em contraponto, registou-se o aumento de transferências de capital (6,2 milhões de euros), a que estará associada a circunstância das verbas subjacentes à Lei de Meios passar a estar classificada nas transferências desta natureza.
- ◆ As transferências correntes apresentam uma execução de 135,2 milhões de euros, traduzida na parte dos movimentos externos ao aparelho de arrecadação fiscal regional, dos quais se destacam as provenientes das Administrações Públicas que perfazem a quase totalidade (95,4%), sendo que as transferências desta natureza provenientes do Exterior, nomeadamente da União Europeia não ultrapassam os 915 mil euros, as quais materializaram uma quebra de 12,3% face ao registado entre janeiro e setembro de 2011.

2.3. Despesa

- ◆ A despesa efetiva do Governo Regional diminuiu 4,7% em 2012, considerando os valores acumulados dos três primeiros trimestres do ano, apresentando um grau de execução de 39%, menos 8,4 pontos percentuais (p.p.) do que o executado no mesmo período do ano anterior.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-setembro) € milhares

	2011	2012	2011	2012	VH (%)
	Milhares de Euros		Grau de Execução (%)		2012
Despesa corrente	656.330,8	693.194,6	55,9	54,2	5,6
Despesas com o pessoal	255.404,0	224.026,3	69,1	71,2	-12,3
Remunerações Certas e Permanentes	212.797,9	191.228,8	70,2	72,6	-10,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	9.022,0	1.846,7	74,3	39,7	-79,5
Segurança social	33.584,0	30.950,8	61,9	66,1	-7,8
Aquisição de bens e serviços correntes	74.952,9	120.542,9	35,1	63,0	60,8
Juros e outros encargos	26.211,3	34.961,1	44,9	31,0	33,4
Transferências correntes	273.543,0	291.576,3	61,1	56,1	6,6
Administrações Públicas	232.354,6	256.590,5	61,3	57,8	10,4
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	232.354,6	256.590,5	61,4	57,9	10,4
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	41.188,5	34.985,7	60,0	46,0	-15,1
Subsídios	11.690,4	6.963,8	32,4	35,4	-40,4
Outras despesas correntes	14.529,3	15.124,2	29,9	12,5	4,1
Despesa corrente primária	630.119,5	658.233,5	56,5	56,4	4,5
Despesa de capital	106.959,9	34.542,5	24,6	5,9	-67,7
Investimento	85.475,7	19.869,8	29,7	6,9	-76,8
Transferências de capital	21.484,2	14.672,7	17,9	13,5	-31,7
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	763.290,7	727.737,1	47,4	39,0	-4,7

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Por memória:

Ativos financeiros	4.740,0	202.861,7	37,2	79,5
Passivos financeiros	39.076,0	73.860,1	87,6	93,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2011 para 2012 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos realizados no âmbito do *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro* (PAEF-RAM), referente a dívidas de anos anteriores.
- ◆ Decréscimo da despesa com pessoal em 12,3%, em grande medida explicado pela diminuição das despesas em Abonos Variáveis e Eventuais (-79,5%) e em Remunerações Certas e Permanentes (-10,1%) – este

último subagrupamento influenciado pelo suprimento dos subsídios de férias dos funcionários públicos nos termos do estabelecido na Lei do OE de 2012. Na mesma linha, as despesas da Segurança Social reduziram 7,8%.

- ◆ Aumento acentuado das despesas com enquadramento na rubrica Aquisição de Bens e Serviços Correntes (60,8%, em termos homólogos), essencialmente em virtude do pagamento de encargos com as SCUTS relativos a 2012, devidamente pre-

vistos no PAEF-RAM, sendo este acréscimo justificado pela reduzida execução financeira destes encargos financeiros em 2011.

- ◆ Aumento da despesa com juros e outros encargos (33,4%).
- ◆ Acréscimo das transferências correntes (6,6%), motivadas, fundamentalmente, pelo incremento de dotações destinadas ao pagamento de verbas em atraso no setor da saúde.
- ◆ Decréscimo da despesa com subsídios (-40,4%), justificado pelo efeito de base associado à diminuição progressiva dos encargos com subsídios concedidos.
- ◆ Aumento na rubrica relativa a Outras Des-

pesas Correntes (4,1%).

- ◆ Diminuição da despesa com a Aquisição de Bens de Capital (-76,8%).
- ◆ As despesas correntes em 2012 representam 95,3% do total da despesa efetiva, sendo que a despesa corrente primária corresponde a 90,4% da mesma. Comparativamente ao período homólogo, tanto as despesas correntes como as despesas correntes primárias aumentaram o seu peso relativo na despesa efetiva, em 9,3 p.p. e as em 7,9 p.p..

O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-setembro)				€ milhares	
	2011	2012	2011	2012	
	Milhões de Euros		Estrutura (%)		
Funções Gerais de Soberania	42.497,6	54.642,1	5,6	7,5	
Serviços Gerais da Administração Pública	35.653,5	48.550,7	4,7	6,7	
Defesa Nacional	0,0	0,0	0,0	0,0	
Segurança e Ordem Públicas	6.844,1	6.091,5	0,9	0,8	
Funções Sociais	554.961,6	492.222,8	72,7	67,6	
Educação	254.847,0	220.914,5	33,4	30,4	
Saúde	195.665,5	221.767,3	25,6	30,5	
Segurança e Ação Sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	
Habitação e Serviços Coletivos	73.590,1	34.098,0	9,6	4,7	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	30.859,0	15.443,0	4,0	2,1	
Funções Económicas	139.620,7	145.913,5	18,3	20,1	
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	29.021,9	26.046,5	3,8	3,6	
Indústria e Energia	1.139,5	1.181,8	0,1	0,2	
Transportes e Comunicações	85.278,5	97.335,8	11,2	13,4	
Comércio e Turismo	18.311,4	13.462,8	2,4	1,8	
Outras Funções Económicas	5.869,4	7.886,5	0,8	1,1	
Outras Funções	26.210,7	34.958,7	3,4	4,8	
Operações da Dívida Pública	26.210,7	34.958,7	3,4	4,8	
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesa Efetiva	763.290,7	727.737,1	100,0	100,0	
<i>Por memória:</i>					
Ativos financeiros	4.740,0	202.861,7	0,6	27,9	
Funções Gerais de Soberania	1.130,0	185.464,8	0,1	25,5	
Funções Sociais	175,0	2.203,9	0,0	0,3	
Funções Económicas	3.435,0	15.193,0	0,5	2,1	
Outras Funções	0,0	0,0	0,0	0,0	
Passivos financeiros	39.076,0	73.860,1	5,1	10,1	
Outras Funções	39.076,0	73.860,1	5,1	10,1	
Operações extraorçamentais	118.969,7	149.588,2	15,6	20,6	
Funções Gerais de Soberania	91.846,2	128.238,7	12,0	17,6	
Funções Sociais	17.098,7	13.712,6	2,2	1,9	
Funções Económicas	10.024,8	7.636,9	1,3	1,0	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite constatar o relevo das Funções Sociais na execução da despesa, representando 67,6% do total, seguindo-se as Funções Económicas (20,1%), as Funções Gerais de Soberania (7,5%), e as Outras Funções (4,8%).
- ◆ Nas funções sociais destacam-se as verbas destinadas à Educação (220,9 milhões de euros) e à Saúde (221,8 milhões de euros). As despesas com a Educação diminuíram à volta de 33,9 milhões de euros, enquanto que na Saúde o montante despendido revelou-se superior ao ano precedente em 26,1 milhões de euros.
- ◆ As despesas com as funções económicas aumentaram 4,5% face a igual período de 2011, representando um acréscimo de 6,3 milhões de euros em termos homólogos. Este aumento foi motivado, em grande medida, pela variação registada no setor dos Transportes e Comunicações (14,1%), classificação onde estão inseridos os pagamentos relativos às SCUT.
- ◆ As funções gerais de soberania executaram 54,6 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 28,6% face ao registado no período homólogo de 2011, com os Serviços Gerais da Administração Pública, que representam um acréscimo de 36,2%, a fornecerem o principal fator explicativo para a evolução registada.
- ◆ Em outras funções, os 35 milhões de euros realizados destinaram-se a operações da dívida pública - representando um acréscimo de 33,4% face aos meses de janeiro a setembro de 2011.
- ◆ No que concerne à execução orçamental

por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior volume de execução foi a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais com 232,5 milhões de euros, motivado pelos pagamentos associados ao setor da Saúde. Segue-se a Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos com 226,1 milhões de euros. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 822,4 mil euros, afeto na sua quase totalidade a despesas com o pessoal (667,7 mil euros) e as transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira registaram uma execução acumulada de 10,4 milhões de euros;

- ◆ Atenda-se que a estrutura departamental aqui apresentada resulta da nova estrutura orgânica decorrente do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2011/M de 14 de Novembro, que reestruturou os agrupamentos então designados por Secretaria Regional dos Recursos Humanos e Secretaria Regional do Equipamento Social.

O QUADRO VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-setembro)

€ milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	10.409,3	822,4	24.118,5	149.162,3	29.900,3	21.439,6	231.582,7	225.759,3	693.194,6
Despesas com o pessoal	0,0	667,7	12.196,3	10.195,2	18.352,3	5.772,1	1.534,7	175.307,9	224.026,3
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	580,8	10.369,9	8.279,4	15.757,2	5.049,9	1.353,2	149.838,5	191.228,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	20,3	347,2	257,7	312,6	32,9	10,9	865,0	1.846,7
Segurança social	0,00	66,6	1.479,2	1.658,2	2.282,5	689,4	170,6	24.604,4	30.950,8
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	154,7	9.693,8	87.450,4	3.002,3	7.711,6	976,6	11.553,5	120.542,9
Aquisição de bens	0,00	36,7	864,3	250,1	492,2	1.326,0	3,4	3.993,0	6.965,6
Aquisição de serviços	0,00	118,0	8.829,5	87.200,3	2.510,1	6.385,7	973,2	7.560,5	113.577,2
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	34.958,7	0,0	0,0	0,0	2,4	34.961,1
Transferências correntes	10.409,3	0,0	1.878,7	1.843,8	7.087,5	2.400,1	229.071,5	38.885,4	291.576,3
Administrações Públicas	10.409,3	0,0	1.826,4	1.410,8	3.383,9	214,1	227.657,3	11.688,7	256.590,5
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	10.409,3	0,0	1.826,4	1.410,8	3.383,9	214,1	227.657,3	11.688,7	256.590,5
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	52,3	433,0	3.703,6	2.186,0	1.414,1	27.196,7	34.985,7
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	1.429,7	5.531,5	0,0	2,7	6.963,8
Outras despesas correntes	0,0	0,0	349,7	14.714,2	28,6	24,3	0,0	7,4	15.124,2
Despesa de capital	0,0	0,0	18.314,0	7.090,4	5.393,7	2.522,7	917,8	303,9	34.542,5
Investimento	0,0	0,0	16.836,3	2.278,4	697,8	22,7	0,0	34,6	19.869,8
Transferências de capital	0,0	0,0	1.477,7	4.812,0	4.696,0	2.500,0	917,8	269,3	14.672,7
Administrações Públicas	0,0	0,0	1.303,6	3.221,4	2.907,7	0,0	917,8	19,1	8.369,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.146,5	0,0	0,0	0,0	1.146,5
Administração Regional	0,0	0,0	1.303,6	0,0	1.761,1	0,0	917,8	19,1	4.001,6
Administração Local	0,0	0,0	0,0	3.221,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3.221,4
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	174,1	1.590,6	1.788,3	2.500,0	0,0	250,1	6.303,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	10.409,3	822,4	42.432,5	156.252,7	35.294,1	23.962,4	232.500,5	226.063,2	727.737,1
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	15.193,0	185.464,8	0,0	0,0	2.203,9	0,0	202.861,7
Passivos financeiros		0,0	0,0	73.860,1	0,0	0,0	0,0	0,0	73.860,1
Operações extraorçamentais	33,7	0,0	548,7	126.678,4	6.412,8	50,0	2.555,4	13.309,2	149.588,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ◆ Em 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental.
- ◆ O saldo global da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando os primeiros nove meses de 2012, situou-se em -10,4 milhões de euros, resultante de despesas com pessoal (6,5 milhões de euros) e de Juros e outros encargos (9,3 milhões de euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 27,8 milhões de euros. As receitas correntes atingiram os 24,1 milhões de euros.
- ◆ Verifica-se uma melhoria de 1,6 milhões de euros face ao registado até ao mês anterior, conforme revela o QUADRO seguinte:

	€ Milhares	
	Agosto	Setembro
Empresas Públicas Reclassificadas	-11.987,1	-10.391,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

- ◆ Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 2,3 milhões de euros. Este resultado é justificado, sobretudo, pelas transferências da Administração Pública Regional (APR), as quais tiveram um impacto de 91,6% nas receitas correntes. Nas receitas de capital – não considerando o saldo da gerência anterior – as transferências da APR constituem um peso menor na totalidade executada, com 14,6%. A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências, da aquisição de bens e serviços correntes e as despesas com o pessoal, que representaram 87,3% da despesa efetiva.
- O QUADRO X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-setembro)

€ milhares

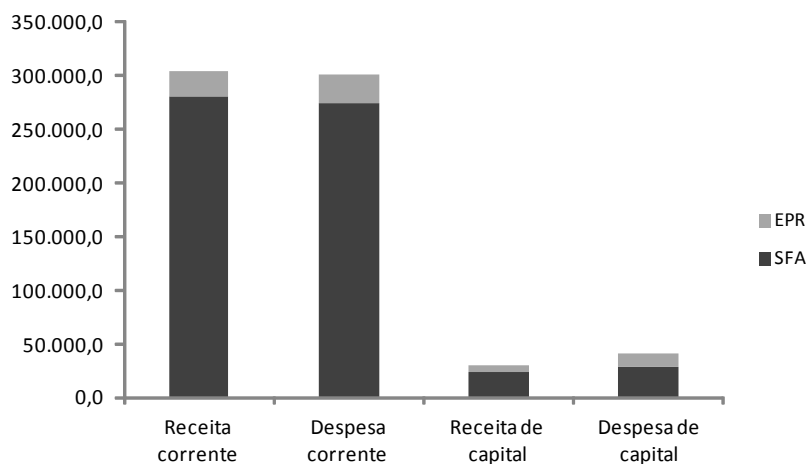
	SFA	EPR	TOTAL
Milhares de Euros			
Saldo global	2.286,2	-10.391,0	-8.104,8
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	298.020,3	31.408,0	329.428,4
Saldo primário	6.453,5	-1.104,2	5.349,2
Saldo corrente	6.234,7	-3.670,5	2.564,1
Saldo de capital	-3.948,5	-6.720,5	-10.669,0
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	348,1	0,0	348,1
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	187.705,9	187.705,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ O saldo global (SFA+EPR), considerando os primeiros nove meses de 2012, totalizou -8,1 milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelas EPR, que atingiu -10,4 milhões de euros, o qual foi apenas parcialmente anulado pelo saldo global evidenciado pelos Serviços e Fundos Autónomos, o qual

ascendeu a 2,3 milhões de euros. Os saldos corrente e de capital ascenderam, respetivamente, a 2,6 milhões de euros e a -10,7 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 329,4 milhões de euros, perfazendo um saldo primário de 5,3 milhões de euros.

Gráfico I - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-setembro)



Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-setembro)

€ milhares

	SFA	EPR	TOTAL
	Milhares de Euros		
Receita corrente	280.138,4	24.122,1	304.260,5
Impostos diretos	1.018,0	0,0	1.018,0
Impostos indiretos	139,2	0,0	139,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.817,1	5,0	3.822,1
Transferências Correntes	271.054,8	360,3	271.415,1
União Europeia	11.681,7	24,2	11.705,9
Outras transferências	259.373,1	336,1	259.709,1
Venda de bens e serviços correntes	3.091,8	3.327,2	6.419,0
Outras Receitas Correntes	1.017,6	20.429,5	21.447,1
Receita de capital	24.335,4	6.181,7	30.517,1
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital	24.296,5	6.178,2	30.474,7
União Europeia	19.417,7	6.178,2	25.595,9
Outras transferências	4.878,8	0,0	4.878,8
Outras Receitas de Capital	11,8	3,5	15,3
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	27,1	0,0	27,1
Saldo da Gerência Anterior	24.279,0	31.630,1	55.909,1
Receita efetiva	304.473,8	30.303,8	334.777,6
Despesa corrente	273.903,7	27.792,6	301.696,4
Despesas com o pessoal	21.917,7	6.532,5	28.450,2
Aquisição de bens e serviços	66.170,5	4.296,9	70.467,4
Juros e outros encargos	4.167,2	9.286,8	13.454,0
Transferências correntes	175.678,5	5.427,7	181.106,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	285,3	0,0	285,3
Outras transferências	175.393,2	5.427,7	180.820,8
Subsídios	5.742,9	0,0	5.742,9
Outras despesas correntes	226,9	2.248,7	2.475,6
Despesa de capital	28.283,9	12.902,2	41.186,1
Investimento	10.654,2	12.885,7	23.539,9
Transferências de capital	17.629,7	16,5	17.646,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	302.187,6	40.694,8	342.882,4
Ativos financeiros	2.156,5	0,0	2.156,5
Passivos financeiros	0,0	177.100,2	177.100,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Operações extraorçamentais	121.215,8	2.478,5	123.694,3
Saldo global	2.286,2	-10.391,0	-8.104,8

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ Em termos de execução mensal, constata-se que o saldo global do mês de setembro, dos SFA e das EPR, ascende a -5 milhões de euros, tendo o saldo corrente atingido -674,5 mil euros e o de capital -4,3 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 30,1 milhões de euros e o saldo primário nos -4,6 milhões de euros.

A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

	Setembro 2012	
	SFA	EPR
	execução mensal	execução mensal
QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (setembro)	€ Milhares	
Receita corrente	16.690,4	2.744,2
Impostos diretos	42,1	0,0
Impostos indiretos	5,9	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	16.642,4	2.744,2
Transferências correntes	16.055,9	0,0
Receita de capital	2.535,3	3.454,8
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	2.534,6	3.454,8
Receita efetiva	19.225,7	6.199,0
Despesa corrente	17.699,5	2.409,6
Consumo público	4.952,8	1.451,8
Despesas com o pessoal	2.561,8	697,6
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	2.391,0	754,2
Subsídios	29,8	0,0
Juros e outros encargos	4,0	359,1
Transferências correntes	12.712,9	598,7
Despesa de capital	8.110,6	2.193,4
Investimento	6.987,2	2.193,4
Transferências de capital	1.123,3	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	25.810,1	4.603,0
Saldo global	-6.584,4	1.596,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O QUADRO XIII apresenta os saldos mensais e acumulados dos subsectores do Governo Regional, SFA, e EPR, em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

	QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR			
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	Setembro 2012	jan - setembro 2012	Setembro 2012	jan - setembro 2012
Saldo global	17.103,5	-80.891,0	18.699,5	-91.282,1
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	19.843,1	-89.942,5	20.177,8	-93.613,0
Despesa corrente primária	47.820,9	671.375,8	49.871,4	689.881,7
Saldo corrente primário	20.130,7	-50.814,2	20.824,4	-45.197,9
Saldo de capital	-2.739,7	9.051,5	-1.478,3	2.331,0
Despesa primária	56.441,4	730.646,2	60.685,3	762.054,3
Saldo primário	17.391,0	-41.762,7	19.346,1	-42.866,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2012, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

- ◆ No que ao saldo corrente diz respeito, verifica-se uma melhoria em termos acumulados (GR+SFA), que, não obstante tenha ascendido a -89,8 milhões de euros, foi positivamente condicionado pelo resultado de setembro (19,8 milhões). O saldo de capital, por contraponto, apresenta uma posição positiva em termos acumulados (9,1 milhões de euros) e negativa em termos mensais (-2,7 milhões de euros).

- ◆ Por outro lado, a informação relativa ao saldo primário (GR+SFA) revela um resultado que ascende a 17,4 milhões de euros em setembro, enquanto que, em termos acumulados, as despesas líquidas dos juros e outros encargos excediam as receitas em 41,8 milhões de euros.

O QUADRO XIV expressa a desagregação por receita e despesa do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

	€ Milhares			
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	Setembro 2012	jan - set 2012	Setembro 2012	jan - set 2012
Receita corrente	67.951,6	620.561,7	70.695,8	644.683,8
Impostos diretos	26.294,5	157.549,2	26.294,5	157.549,2
Impostos indiretos	36.485,8	278.121,2	36.485,8	278.121,2
Contribuições de Segurança Social	403,4	3.860,6	403,4	3.860,6
Outras receitas correntes	4.767,9	181.030,7	7.512,1	205.152,7
Transferências correntes	1.797,5	149.652,4	1.797,5	150.012,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	266,9	136.965,2	266,9	137.301,3
Receita de capital	5.880,8	68.321,9	9.335,7	74.503,6
Venda de bens de investimento	4,7	146,9	4,7	146,9
Transferências capital	5.838,7	67.675,6	9.293,5	73.853,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4.166,7	38.983,1	4.166,7	38.983,1
Receita efetiva	73.832,4	688.883,5	80.031,4	719.187,4
Despesa corrente	48.108,4	710.504,2	50.518,0	738.296,8
Consumo público	34.770,7	448.008,5	36.222,4	461.086,6
Despesas com o pessoal	27.376,0	245.944,0	28.073,5	252.476,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	7.394,7	202.064,5	8.148,9	208.610,1
Subsídios	35,2	12.706,7	35,2	12.706,7
Juros e outros encargos	287,6	39.128,3	646,6	48.415,1
Transferências correntes	13.015,0	210.660,7	13.613,7	216.088,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	73,0	285,3	73,0	285,3
Despesa de capital	8.620,5	59.270,4	10.813,9	72.172,6
Investimento	7.182,9	30.524,0	9.376,3	43.409,8
Transferências de capital	1.437,6	28.746,4	1.437,6	28.762,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	140,1	4.614,0	140,1	4.614,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	56.729,0	769.774,6	61.331,9	810.469,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2012, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

- ◆ Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada entre janeiro e setembro de 2012 foi de 644,7 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 738,3 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 74,5 milhões de euros enquanto a despesa atingiu os 72,2 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, atingiu os 719,2 milhões de euros, com a despesa efetiva a atingir os 810,5 milhões de euros.

4. Dívida não financeira da Administração Regional

- ◆ O Passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de setembro de 2012 ascendia a 2.572,8 milhões de euros, dos quais, 77,1% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 20,6% do montante do Passivo verificado;
- ◆ Os Pagamentos em Atraso apurados para os primeiros nove meses de 2012 correspondem a 1.254,7 milhões de euros, sendo que as parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (63,6%) e aos SFA (32,2%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de Bens de Capital representar 46,6% do total do Passivo e 41,2% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no que à dívida não financeira diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de setembro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Total	Setembro de 2012			Variação Janeiro a Setembro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.265.085,78	873.822,61	697.311,05	-1,36%	-1,42%	3,17%
Despesas com Pessoal	3.539,18	3.520,24	45,89	43,63%	65,63%	179,71%
Aquisições de Bens e Serviços	459.934,59	457.931,96	340.074,38	4,57%	4,13%	-7,97%
Juros e outros encargos	384.341,40	50.448,80	39.182,25	-2,92%	5,35%	37,62%
Transferências Correntes	369.201,40	355.375,12	313.127,44	-5,26%	-6,26%	16,08%
Subsídios	46.837,49	5.314,78	3.987,53	-8,45%	-62,40%	-43,98%
Outras Despesas Correntes	1.231,71	1.231,71	893,56	-63,89%	-63,89%	-11,35%
Despesas de Capital	1.307.747,20	1.163.392,73	557.419,28	5,43%	-0,96%	25,01%
Aquisições de Bens de Capital	1.197.954,47	1.115.822,23	516.761,79	5,16%	-1,96%	22,29%
Transferências de Capital	109.792,73	47.570,51	40.657,48	8,40%	30,45%	74,33%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	2.572.832,98	2.037.215,34	1.254.730,33	1,98%	-1,16%	11,85%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de setembro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Governo Regional	Setembro de 2012			Variação Janeiro a Setembro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	716.000,99	348.792,34	274.910,07	3,96%	13,77%	18,80%
Despesas de Capital	1.266.880,07	1.124.354,73	522.663,88	12,25%	-0,38%	25,84%
Total	1.982.881,06	1.473.147,06	797.573,95	9,11%	2,64%	23,32%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de setembro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Serviços e Fundos Autónomos	Setembro de 2012			Variação Janeiro a Setembro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	524.098,91	500.619,32	402.495,96	-8,38%	-10,84%	-6,73%
Despesas de Capital	5.229,66	3.400,54	1.162,61	-93,03%	-66,61%	-78,75%
Total	529.328,57	504.019,86	403.658,58	-18,19%	-11,83%	-7,63%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

23

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de setembro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Empresas Públicas Reclassificadas	Setembro de 2012			Variação Janeiro a Setembro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	24.985,87	24.410,95	19.905,02	15,05%	32,74%	53,78%
Despesas de Capital	35.637,47	35.637,47	33.592,78	-3,11%	-0,50%	33,91%
Total	60.623,34	60.048,42	53.497,80	3,63%	10,78%	40,67%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do DL n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a

pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescentado aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

